

editorial

No dia 8 de março de 2005 foi lançada a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, com a presença de 30 mil mulheres. A Carta segue em marcha passando de país em país pelas mãos das mulheres, em uma grande ação internacional. Depois de mobilizar milhares de mulheres no continente americano e europeu, a Carta está agora na Oceania. Por onde passa tem apresentado os temas da Marcha Mundial das Mulheres e colocado em pauta a luta feminista contra o livre comércio, a militarização dos territórios, a mercantilização da vida e do corpo das mulheres, a pobreza e a violência sexista.

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres deu continuidade às prioridades deste ano que são o tema do aborto, a valorização do salário mínimo, a luta contra o livre mercado e a preparação para o 17 de outubro na jornada de 24 horas de solidariedade internacional entre as mulheres.

Estamos, em conjunto com os movimentos sociais no Brasil, agindo por mudanças econômicas e por uma reforma política democrática e contra o golpismo e a corrupção. Estas mobilizações se somam à agenda internacional de luta contra o imperialismo e o livre comércio. Em novembro, a Cúpula dos Povos acontece em Mar del Plata e fará ecoar em todo o continente o “fora Bush”. E em dezembro acontecerão as ações de protesto à reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Na resistência e construção de alternativas, as mulheres seguem em luta.

As Semprevivas

Anderson Barbosa



28 de maio de 2005: 3ª Caminhada das Lésbicas em São Paulo levou milhares para as ruas

Mundialização neoliberal e os movimentos LGBT

Por Line Chamberlain

Qual é o potencial dos movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) a respeito do desenvolvimento de alternativas para a mundialização? É a partir de minha experiência militante no Québec que identifico três grandes forças dos movimentos LGBT: a tendência ao internacionalismo, que se deriva de nossas migrações voluntárias e forçadas; as alianças que temos construído com outros movimentos sociais; e o alcance de nossas redes associativas.

O internacionalismo, em diversos graus, molda nossas trajetórias pessoais, sociais, culturais, intelectuais, amorosas e sexuais. Porque somos minoritários, excluídos, precisamos buscar outros lugares, mais acolhedores ou mais anônimos. Migramos para as cidades, para

outras regiões, para outros países, temporariamente ou para sempre. Ao fazer isso, rompemos com as amarras familiares, sociais e culturais que nos encerravam em tradições locais sufocantes, tradições que, em certos casos, ameaçam nos matar ou fazem com que morramos aos poucos. Isso não significa que cortamos todas as raízes com nossas respectivas culturas. Pelo contrário. Mas questionamos os integristas e os nacionalismos que negam ou castigam toda diversidade.

Uma segunda força é a das alianças que construímos através de nossas lutas nas últimas décadas entre os movimentos LGBT de diversos países e entre estes e os outros movimentos sociais, principalmente de mulheres e o sindical. Estas

continuação da capa

Anderson Barbosa

alianças devem ser aprofundadas, solidificadas, pois a todo momento podem surgir divergências ideológicas ou de interesses. Mas uma base de confiança e de colaboração está estabelecida. Além disso, temos inimigos em comum: o neoliberalismo que ameaça as conquistas trabalhistas e debilita suas organizações sindicais, o avanço da direita religiosa que ataca os direitos das mulheres e das minorias sexuais.

A terceira força reside na extensão e diversificação das redes associativas. Falo aqui de numerosos grupos criados por LGBT com afinidades diversas: esportes, atividades de lazer, criação cultural, pertencer a um mesmo grupo de idade, reagrupamentos fora dos grandes centros urbanos, experiências comuns na educação de crianças. Muito dinâmico, este movimento associativo se ramifica sem cessar. Apesar de muitos grupos não adotarem agendas políticas, constituem mesmo assim locais de solidariedade e intercâmbio que podem ser mobilizados oportunamente.

Poder do consumo?

Me inquietam, por outro lado, tendências cada vez mais predominantes no seio dos movimentos LGBT do Norte, como a crescente afirmação de um poder dos consumidores que foi somado ao arsenal de estratégias jurídicas e políticas nas lutas por nossos direitos. Trata-se principalmente do poder dos homens gays de classe média e alta, cujo potencial de consumo é o mais elevado. Mas esta estratégia dá lugar a perigosos desvios sobre os quais não refletimos nem atuamos o suficiente. Nossa cultura é cada vez mais consumista. Quando assisti à inauguração da semana do orgulho gay em Nova Iorque, em 2004, recebi uma bandeira com o arco-íris e o logo da girlpriedestone.com, empresa que vende camisetas com slogans provocati-



O capitalismo não entende que orgulho lésbico não combina com consumo de mercadorias

vos e jogos sexuais. O que me irrita é que a afirmação de meu orgulho lésbico passe pelo consumo de mercadorias e que a frequência desta equação venha aumentando. A imprensa LGBT, os festivais culturais, os grandes eventos, como a celebração do Orgulho, dependem, cada vez mais, de aporte publicitário para seu financiamento.

"Nicho" de mercado LGBT

Em um país capitalista dominante os direitos são (re)interpretados pela ideologia neoliberal, como o direito a integrarmos as forças livres do mercado como trabalhadores e consumidores. Assim, no mundo do trabalho, o reconhecimento da diversidade sexual poderá ser justificado em nome de uma maior produtividade dos trabalhadores LGBT, uma vez que estes se sintam aceitos e integrados aos seus locais de trabalho. A diversidade em todas suas formas é um conceito que se vende bem em certos tipos de empresas, pois está associada a uma maior capacidade de

inovação e adaptação. Mesmo assim, a aceitação social se ajusta à capacidade de expressar preferências como consumidores. Em uma economia competitiva, os mercados LGBT atraem cada vez mais a cobiça de todos os tipos de comerciantes. Este comércio contribui para a mercantilização dos indivíduos, das identidades, das culturas em escala nacional e internacional.

Perda de sentido crítico

Minha próxima inquietação vem da debilidade das perspectivas críticas nos movimentos LGBT. O desejo de aceitação social, sem dúvida compreensível e legítimo, se converte em desejo de ser como os outros, de integrar-se, de "fazer igual". Esta perda de sentido crítico se vê acentuada, entre outros, pelo recurso da argumentação jurídica: a fim de provar a existência da discriminação perante os tribunais é preciso demonstrar que as pessoas homossexuais se parecem com as heterossexuais, mas são tratados de modo diferente. Daí o risco de calcar modos de vida heterossexuais, de adotar a conformidade social ao invés da diversidade dos LGBT, seja em termos de sexualidade, das identidades de gênero, dos casais, das famílias.

A questão que nos rodeia é, então, a obtenção de um reconhecimento social, jurídico e econômico somente para quem se integra mais facilmente à ordem social e sexual, criando ou mantendo desigualdades, hierarquias entre nós, em nossos respectivos países e entre nossos países.

Socióloga canadense, professora da Universidade do Québec em Montreal. Autora de uma ampla obra sobre orientação sexual, estudos lésbicos e de gênero.

Edição da apresentação feita pela autora no painel "Diversidade sexual e alternativas à globalização", I Fórum Social Américas, Quito, Equador, Julho 2004, e publicado em Diversidades - Revista Internacional de Análises

Políticas para alterar as desigualdades?

Por Maria Luiza da Costa

No Brasil, na década de 80, o movimento de mulheres, com sua visão feminista, passou a reivindicar do Estado políticas públicas para a construção da igualdade entre mulheres e homens. Esse debate, que esteve presente em alguns partidos políticos, resultou em duas visões sobre como deveria ser a construção de instrumentos para implementar essas políticas.

A primeira propunha a criação de Conselhos. Órgãos de assessoria ao Executivo sem poder de implementação de políticas e com uma composição de participantes do movimento e do Executivo. O primeiro deles foi criado em 1983, em Minas Gerais. No mesmo ano foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

A segunda defendia a criação de organismos de governo, diretamente ligados ao Executivo, para elaborar e articular a implementação de políticas públicas. A primeira Coordenadoria da Mulher foi criada em 1989, na cidade de São Paulo. No mesmo período surgiram coordenadorias e assessorias em diversos municípios (Santo André, Porto Alegre, Belo Horizonte, entre outros).

Em âmbito estadual foi pioneira a criação da Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher do Mato Grosso do Sul, 1999. Em âmbito federal, em 2002, foi lançada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, diretamente ligada ao gabinete da Presidência e com *status* de Ministério.

Na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, foi aprovada a proposta de criação de Coordenadorias ou Secretarias, ligadas ao Executivo, com estrutura e orçamento próprios. Isso concedeu maior legitimidade ao debate e se transformou em uma diretriz do governo federal para municípios e Estados.

A proposta é que as Coordenadorias mantenham um diálogo permanente com os grupos e movimento de mulheres



Reprodução / Picasso

e com as diferentes formas de participação popular. Em parceria com as demais secretarias devem implementar políticas que alterem as condições de vida das mulheres, e construir um novo referencial de políticas públicas que levem em conta a perspectiva de gênero.

Conquista das mulheres sofrem ataques

A tentativa de proibir a distribuição gratuita do contraceptivo de emergência, as articulações contra a legalização do aborto, a perda de estrutura e poder de alguns organismos voltados à construção de políticas de igualdade são exemplos de ataques aos direitos das mulheres.

Em relação a este último ponto, em Recife, o Executivo apresentou proposta de reforma que rebaixa o *status* político da Coordenadoria da Mulher, que é ligada ao gabinete do prefeito. Com a nova proposta, passa a ser uma diretoria da Secretaria de Direitos Humanos. Um caminho semelhante foi seguido por Santo André, que transformou a Assessoria dos Direitos da Mulher em Núcleo de Gênero e GLBTT.

Em Piracicaba foi extinta a Coordenadoria da Mulher e fechado o Centro de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. Em São Paulo, a Coordenadoria deixou de ser vinculada à Secretaria de Governo, o que, do ponto de vista político, implica em perda de prestígio e força

junto aos demais setores do governo.

Um debate que merece destaque nos dias atuais refere-se à institucionalização dos organismos de políticas para as mulheres. Mesmo onde não há mudanças na estrutura, pode haver esvaziamento político. No Rio Grande do Sul, em 1999, foi criada a Coordenadoria Estadual da Mulher. Com a mudança de governo foi mantida a estrutura, mas esvaziou-se completamente o conteúdo político. Ao invés de ser formulador e articulador de políticas, a Coordenadoria foi reduzida a mera promotora de eventos.

Essas alterações não podem ser vistas de maneira isolada, nem encaradas como meras medidas administrativas ou burocráticas. Elas têm o objetivo de desqualificar nossa luta e demonstram a real falta de compromisso dos governos com a reversão da situação de desigualdade vivida pelas mulheres.

Mas a principal avaliação a ser feita é a dificuldade encontrada para que efetivamente ocorra uma mudança na forma do Estado gerir tais políticas com o sentido de construção da igualdade e inverter a lógica sexista e excludente presente na sociedade, na economia e na cultura. E, ainda, lacuna para o feminismo debater, acumular e conquistar nesse campo.

Jornalista, foi assessora da Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo e integra a diretoria da SOF.

Direito ao aborto em cartaz nos cinemas

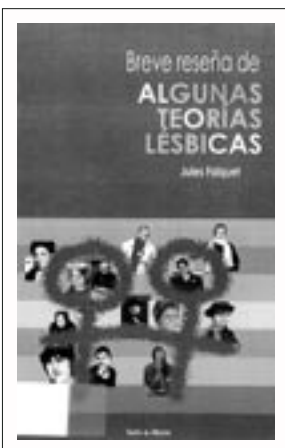
Uma senhora inglesa casada e com dois filhos vive aparentemente feliz. Na década de 50, a família leva uma vida confortável até o dia em que *O Segredo de Vera Drake* é revelado. Sem o conhecimento de seus familiares, ela ajuda mulheres a abortarem. Mesmo sabendo que a prática é ilegal e perigosa, Vera não cobra nada por isso. Tudo corre bem até o dia em que uma de suas “pacientes” fica insatisfeita com o procedimento e é levada para o hospital. Denunciada, Vera Drake vê sua vida familiar desmoronar ao mesmo tempo em que é investigada e acusada pela sociedade da época.

Trata-se de um filme sobre pessoas comuns. Não há gente bonita, não há situações mirabolantes nem grandes

surpresas no roteiro. É um filme que vai se revelando aos poucos e que mostra a hipocrisia da sociedade, independente da época ou local. Quantas pessoas como Vera Drake ainda existem? Na Inglaterra ou mesmo no Brasil, há pessoas que tentam ajudar e ainda são condenadas quando descobertas. Trata-se de um assunto pertinente não somente na década de 50, mas ainda hoje. A questão do aborto, focada em *O Segredo de Vera Drake*, é apenas uma ponta do que é a hipocrisia em nossa sociedade.

Dirigido por Mike Leigh, o longa recebeu três indicações ao Oscar 2005, nas categorias melhor diretor, melhor atriz (Imelda Staunton) e melhor roteiro original e está em cartaz nos cinemas de todo o Brasil.

o que rola



Debates feministas na SOF

No dia 25 de abril a SOF recebeu a professora e feminista francesa Jules Falquet. A conversa contou com a presença de quase 30 mulheres, estudantes, jornalistas, militantes feministas e acadêmicas. Os temas debatidos foram as dificuldades do movimento feminista frente à mundialização, a institucionalização do movimento feminista, as alianças possíveis, instituições que são a “cara gentil” do neoliberalismo (Banco Mundial, FMI, ONU) e também sobre o incremento da prostituição como consequência da globalização.

A professora se comprometeu a escrever artigos para nossas publicações e também doou ao Centro de Documentação da SOF dois livros de sua autoria (*IZTA – El Cruce de los Caminos* e *Breve Reseña de Algunas Teorías Lésbicas*). Os textos também estão disponíveis em www.creatividadfeminista.org. O primeiro é um romance ambientado no México a partir do encontro de três mulheres e de suas lutas políticas. O segundo é considerado um livro básico para quem deseja conhecer a história do movimento lésbico, suas teorias e reflexões.

O próximo encontro na SOF será no dia 6 de agosto de 2005, às 15 horas, com Helena Hirata, militante feminista e pesquisadora do GERS (Gênero e Relações Sociais) da França. Ela desenvolve pesquisas comparativas internacionais no Brasil, França e Japão sobre trabalho e relações sociais de sexo/gênero.



CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da EED.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: SB Editora
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- QUESTÃO DE GÊNERO E O BANCO MUNDIAL
- MULHER E MÍDIA